



O PAPEL DA MULHER TRABALHADORA DIANTE DO MERCADO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Grasiela Oliveira Santana da Silva ¹

Introdução

O trabalho foi edificado enquanto um elemento capaz de distinguir o ser humano de todas as outras formas de vida existentes, pois foi através da sua capacidade de refletir sobre a realização do seu trabalho que o homem conseguiu se diferenciar e sobressair dentre os demais animais. À medida que o tempo foi passando o trabalho começou a ser desenvolvido pelos homens sob determinadas formas de realização e se concretizou a partir das condições históricas e sociais, influenciando nas relações e formas de produção. De acordo com Oliveira (1995), a história do trabalho tem início a partir do momento em que os homens buscam meios de satisfazer as suas necessidades e na medida em que tais necessidades são supridas outras vão surgindo e com elas novas formas de produção e de relações sociais.

De acordo com a corrente histórica marxista, o capitalismo edifica-se a partir de uma lógica imanente de maximização de lucros, cuja forma de produção começa a ganhar espaço com a implantação do sistema fabril e a evolução tecnológica aplicada na produção. Marx apud Oliveira (1995) diz que a grande indústria universalizou a concorrência e, dessa forma, criou os meios de comunicação e o mercado mundial moderno; transformou todos os capitais em capital industrial e, com isso, levou todos os indivíduos ao desdobramento da sua energia. Tais mudanças não se refletiram apenas no setor econômico, todos os outros foram atingidos, as relações sociais, portanto, passaram a ser substituídas pela relação de dinheiro.

Ao analisarmos tamanho poder capitalista a tal ponto de provocar mudanças também no âmbito familiar, nos reportaremos ao fato de que ao longo da história o papel social da mulher sempre esteve vinculado a esfera privada, ou seja, as suas tarefas restringiam-se a criação dos filhos e aos cuidados com o lar; enquanto que o homem sempre esteve livre para realizar atividades políticas e militares e serem assim considerados como indivíduos capazes de estabelecer associações amplas no âmbito público.

A construção histórica dos espaços público e privado traz consigo a construção das atividades humanas, a delimitação dos espaços de trabalho do homem e da mulher, além da construção dos papéis sociais de gênero masculino e feminino (CRUZ, 2005, p. 64).

¹ Licenciada em Educação Física pelo DEF/UFS; Mestranda em Sociologia pela NPPCS/UFS.



A separação estabelecida entre o espaço público e privado traz como conseqüência a ocultação da mulher enquanto sujeito da história. De acordo com Cruz (2005), foi devido a instauração do processo de industrialização que ocorreu a transferência da unidade produtiva do espaço doméstico para o espaço público, as fábricas.

O fato de ter migrado de um espaço para outro não quer dizer que as mulheres tenham conquistado definitivamente o seu direito à cidadania; ao contrário, Cruz (2005) diz que o capitalismo veio para confirmar e firmar a subordinação das mulheres no mercado de trabalho, sendo, portanto, reflexo da histórica e social divisão sexual do trabalho.

As Novas Relações Capital/Trabalho e Precarização das Relações de Trabalho

Em um cenário de globalização da economia, o papel do trabalho no mundo tem sofrido várias mudanças, expressas principalmente nas novas formas de contratação. Uma sanha selvagem se abate sobre o trabalho: em tempos de competitividade, a palavra de ordem passa a ser a redução de custos e, na maioria das vezes, os capitalistas têm associado redução de custos à redução do custo-trabalho, via retirada de direitos trabalhistas e precarização das relações de trabalho. O trabalho que, segundo Meda(1993)², ocupa um lugar que não deveria, está sendo destruído sem que nada o substitua. A trama de sociabilidade na qual se assentaria o trabalho – a incitação a trabalhar – está sendo questionada pela eliminação crescente de postos de trabalho. Esta tem sido uma das conseqüências mais drásticas de um processo de globalização que tenta se afirmar, aprofundando desigualdades entre nações, desconhecendo culturas e potencialidades locais.

Muitos debates vêm sendo travados acerca de uma possível abolição do trabalho, e vários estudiosos compartilham da compreensão de que na imagem societal contemporânea o trabalho não ocuparia mais um espaço relevante e não seria mais um elemento determinante na construção da identidade dos indivíduos. Offe (1984) afirma que o trabalho desempenha um papel principal da organização da existência pessoal devido a dois mecanismos: na integração social o trabalho pode ser sancionado como um dever, como reflexo de uma vida correta e moralmente ética; e na integração sistêmica é colocado como uma necessidade, uma sobrevivência física.

A dúvida com relação a essa centralidade do trabalho deve-se a sua vasta heterogeneidade empírica, com uma variação “[...] na renda, qualificação, manutenção do emprego, reconhecimento e visibilidades sociais, fadiga, oportunidade de carreira, possibilidades e autonomia de

² MEDA, Dominique. **Le travail**. Paris: Aubier, 1995.



comunicação” (OFFE, 1984, p. 09). Tais considerações fazem com que o trabalho seja considerado como apenas uma categoria descritiva e não mais como capaz de explicar as estruturas, conflitos e ações sociais. É fato que transformações têm ocorrido no mundo do trabalho devido ao surgimento de novas formas de sua organização, mas não a tal ponto de bani-lo da sociedade. O que temos presenciado é o surgimento de configurações de acumulação do capital que tem produzido contornos precários do trabalho e elevadas taxas de desemprego e que exercem sim, um papel relevante na vida do indivíduo e tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores.

Os estudos de Pochmann (2001) e Mattoso³(1994)) demonstram que o processo de precarização das relações no Brasil faz parte de uma opção de inserção subordinada do país na globalização da economia e se insere em uma cultura de extrema informalização do trabalho. Nesse contexto, a eliminação de postos de trabalho, a introdução de contrato temporário na legislação trabalhista, a modernização conservadora presente na reestruturação produtiva são as evidências de que os custos da globalização econômica recaíram sobre os trabalhadores. Esse novo mundo do trabalho, denominado por Mattoso (1994, p. 525) como novo e inseguro mundo do trabalho repercute fortemente sobre os trabalhadores, atingindo sua subjetividade. Ricardo Antunes, em seu livro *Os sentidos do trabalho* (2007), inicia seus estudos focando a sua análise em torno da chamada crise estrutural do capital.

A crise trouxe como consequência a reestruturação do capital, buscou-se reorganizar o sistema capitalista procurando preservar os seus elementos essenciais. Em meio a essa crise, as formas de produção taylorista/fordista foram perdendo forças para as novas formas de acumulação flexível e o sistema de produção toyotista. Com a inclusão de um capitalismo flexível, a mão-de-obra trabalhista torna-se cada vez mais heterogênea, englobando indivíduos de todas as classes sociais; contudo, vale frisar que a inserção desses indivíduos nessa nova organização trabalhista dá-se de forma diferenciada de acordo com as categorias biossociais⁴.

As características que os indivíduos trazem consigo, como o sexo, a idade e a cor e que, portanto, estão inscritas no corpo e na cultura como gênero⁵, geração e etnia são fatores influenciadores da sua inserção nas atividades mais precárias e pior remuneradas. A utilização da

³ MATTOSO, Jorge. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: MATOSO, J et al. **O mundo do trabalho**; crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994.

⁴ Termo foi utilizado por Motta e representam categorias relacionadas ao sexo, idade e cor.

⁵ Gênero não quer dizer sexo, mas um conceito que foi socialmente construído e que se adéqua ao estudo das desigualdades nas quais as mulheres estão inseridas e que permeiam todos os espaços como a família e o mercado de trabalho. É um conceito que possibilita analisar sobre as hierarquias sexuais existentes na sociedade, não podendo ser considerado como um estudo da mulher; ele surge para questionar as relações de poder existentes entre ela e o homem, onde este se apresenta a partir de uma dominação natural e inquestionável (CRUZ, 2005).



mão-de-obra feminina no mercado de trabalho vem aumentando de forma considerável devido às transformações oriundas da crise do capital, entretanto, isso não foi um elemento suficiente para reduzir as desigualdades trabalhistas entre homens e mulheres. Cruz (2005) diz que o acentuado aumento do número de mulheres no mercado de trabalho aconteceu devido à necessidade econômica de garantia do sustento familiar, já que devido à queda no salário dos trabalhadores elas tiveram que ajudar a complementar a renda familiar; e ao aumento do consumo oriundo do surgimento e da proliferação de novos produtos e que de certa forma acabou redefinindo novas necessidades econômicas.

O trabalho, que deveria ser fonte de humanidade e realização, transforma-se em desrealização do ser social trabalhador e suas conseqüências são mais visíveis na figura feminina. A opressão é oriunda da sociedade de classe sexual que atribui ao feminino apenas ao biológico a justificativa da existência de uma hierarquia sexual que se estende por todos os espaços da sociedade. O conceito de gênero foi edificado com o intuito de tirar da escuridão e fazer denunciar as situações de opressão às quais as mulheres encontravam-se presas e ultrapassar os dualismos que tanto estiveram e continuam presentes na sociedade.

O Trabalho Feminino Frente às Novas Exigências do Mercado de Trabalho

O aumento no número de trabalhadores desempregados que provocou um crescimento no número de mulheres no mercado de trabalho, uma mão-de-obra necessária à complementação da renda familiar. Araújo (2002) ressalta que a força de trabalho feminina é passível de ser explorada e que, portanto elas são as que mais se encontram inseridas na precariedade do trabalho, recebendo os menores salários e com maior instabilidade trabalhista. Essa situação de precarização do trabalho pode ser vista como uma inserção excluída, já que ao mesmo tempo em que abre as portas para que a mulher adentre no mercado de trabalho, por outro lado a conduz para as formas precárias de sua execução.

É salutar afirmar que homens e mulheres apresentam formas diferenciadas de inserção no mercado informal e o contingente delas desempenhando atividades nesse setor é maior do que o deles. As mulheres são, portanto, as principais vítimas da precarização do trabalho no setor informal, da ausência de carteira assinada, do trabalho temporário e das doenças ocupacionais. Segundo Martins e Dombrowski,



[...] 55,2% das mulheres estão na informalidade, contra 48% que possuem ocupações regulares. Inversamente, 54,7% dos homens encontram-se em atividades regulares, contra 45,3% que estão no setor informal (MARTINS e DOMBROWSKI, 2000, p. 26).

Elas conseguiram desvencilhar-se dos espaços domésticos e diante dessa flexibilização do mercado, com o surgimento de novas formas de racionalização e criação de novos postos de trabalho, tiveram que se ajustar às novas propostas capitalistas, isto é, às novas exigências de acumulação do capital.

É notória a ampliação do trabalho feminino, isto é, o crescimento da sua mão-de-obra no mercado econômico brasileiro. Porém, de acordo com Antunes (2007), a sua força de trabalho concentra-se, sobretudo, no desenvolvimento das atividades mais precárias, ou seja, a maioria delas encontra-se inserida nos espaços da informalidade e mesmo neles apresentam desníveis salariais acentuados em relação ao homem, mesmo executando jornadas de trabalho mais longas. Segundo ele, o

[...] trabalho feminino, atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 2007, p. 105).

Isso se deve aos estereótipos que ao longo dos anos foram considerados exclusivos da figura feminina, a imagem de que a mulher é o sexo frágil e é desprovida de uma capacidade racional, refletiram no barateamento da sua mão-de-obra. Quando recrutadas para trabalhar nas indústrias a elas eram ofertados os cargos mais inferiores e muitas nem conseguiam nelas adentrar, restando-lhe a informalidade do trabalho.

Segundo Revel (2005), o aumento do desemprego e do trabalho informal no Brasil é reflexo da fraqueza do seu mercado formal de trabalho frente às estruturas da economia globalizada. Uma economia que se tornou flexível e que por isso possibilitou uma ampliação da informalização das relações de trabalho e acabou constituindo-se num desafio à construção da cidadania dos trabalhadores.

A informalidade expandiu-se de tal forma que não atinge mais uma população homogênea. Ela tornou-se um fenômeno de tamanha proporção que quase ninguém consegue escapar dele. Hoje encontramos homens, mulheres e, até mesmo, crianças e idosos inseridos nessa lógica do mercado informal. De acordo com a OIT (TAVARES, 2004), de um total de 3 milhões de pessoas economicamente ativas, havia cerca de 1 milhão delas exercendo atividades de sobrevivência, isso sem incluir o contingente de pessoas que não deveriam estar incluídas nesse mercado – as crianças e os idosos.



Percorrer esse caminho nos possibilitou compreender que a informalidade não desapareceu com o surgimento do capitalismo, pelo contrário, ela expandiu-se e se apossou da produção e reprodução da economia de tal forma que ninguém é capaz de escapar à lógica da mercadoria. Assim, seja como única alternativa de sobrevivência ou como uma possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, o fato é que o fenômeno da informalidade vem crescendo de forma considerável e atingindo um maior número de trabalhadores. Ela constitui-se, portanto, como um refúgio dos “sem opção”.

Considerações Finais

O novo modelo econômico faz emergir trabalhos precarizados e relações trabalhistas flexíveis, que por sua vez, trazem consigo a redução dos direitos trabalhistas e sociais. Essas conseqüências têm atingido profundamente e de forma desigual a vida das mulheres, tendo em vista a sua presença marcante no mercado informal, desempenhando as atividades mais precárias e recebendo míseros salários.

A lógica do mercado capitalista privilegia a maximização do lucro em detrimento da valorização da subjetividade do trabalhador e dos seus direitos sociais, sendo que tais impactos são refletidos de forma mais intensa na vida das mulheres. O reconhecimento e a valorização do mundo do trabalho feminino é uma condição essencial para que a democracia do país seja estabelecida. Hirata (2004) diz que a mulher somente conseguirá ter a sua cidadania respeitada a partir do momento em que a divisão sexual do trabalho doméstico mudar e instaurar uma efetiva igualdade social e sexual.

Se o papel das políticas públicas em favor da igualdade entre homens e mulheres pode ter conseqüências positivas, apenas a mudança da correlação de forças do interior da esfera dita “privada” poderá contribuir para uma melhor distribuição do trabalho invisível, do trabalho de compaixão e de dedicação; de altruísmo, de disponibilidade permanente, tornando abordável às mulheres – e não apenas virtualmente aos homens e a um punhado de ‘mulheres excepcionais’ – um espaço próprio, um tempo ‘para si’, e o acesso à criatividade, que é possível apenas a partir de uma afirmação de si enquanto sujeito autônomo (HIRATA, 2004, p. 20).

Assim, através de uma verdadeira democracia da vida privada, estruturada no diálogo e no respeito mútuo, é possível edificar também uma democracia da vida pública. O respeito à cidadania está associado ao respeito dos direitos humanos especialmente no que tange o respeito à igualdade de gênero e raça. Construir uma sociedade com base na ética humanista é construir um espaço onde a cidadania dos indivíduos seja respeitada e isso corresponde ao respeito à mulher no espaço



privado, para que seja possível edificar uma cidadania onde não exista distinção com relação ao gênero.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9ª edição. São Paulo: Boitempo. 2007.

ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho**: mudanças e permanências. Conceitos. Jul/dez. 2002. Disponível em: <www.adufpb.org.br/publica/conceitos/08/art_01.pdf> Acessado em: 17/04/2009.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, e Cidadania**: Tradição Modernidade. Aracaju: Editora UFS, 2005.

HIRATA, Helena. O universo do trabalho e a cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A.A.; OLIVEIRA, E.M.de; LIMA, M.E.B.de; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero do trabalho**. 1ª edição. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo. In: SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio; JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. **Mapa do Trabalho Informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MATTOSO, Jorge. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: MATTOSO, J. et al. **O mundo do trabalho**: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994.

OFFE, Clauss. **Trabalho**: a categoria-chave da sociologia? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. Nº 10. Vol 4. Jun/1984.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. Série Princípios. 3ª edição. São Paulo: Ática. 1995.

POCHMANN, Marcio. O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo. In: SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio; JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. **Mapa do Trabalho Informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

REVEL, Dominique. A política de qualificação profissional na luta contra o desemprego no Brasil – cidadãos e cidadãos produtivos. In: CRUZ, Maria Helena Santana; ALVES, Amy Adelina Coutinho de Faria (orgs.) **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**. Aracaju, REDOR, NEPIMG/UFS/FAP-SE. 2005.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.